

Para venda de carro taxa vai até 30%

Brasília — O percentual do empréstimo compulsório sobre a venda de automóveis vai variar de acordo com o ano de fabricação do veículo: a taxa mais elevada será aplicada sobre os carros com menos de um ano de fabricação, enquanto os com mais de quatro anos de uso não serão atingidos pela taxa.

A versão preliminar do decreto que institui os empréstimos compulsórios estabelece a taxa de 30% para os carros com menos de um ano de uso, que será a mesma dos carros zero quilômetro. O índice exato, porém, só será definido na reunião final que o ministro Funaro terá com o Presidente Sarney antes do anúncio do pacote.

Com a instituição do empréstimo compulsório, as autoridades econômicas acreditam que conseguirão acabar com os intermediários que atualmente estão comprando carro zero quilômetro das concessionárias para revendê-los a preços mais altos. Com as novas regras, esse intermediário teria de pagar empréstimo compulsório duas vezes, o que tornará a operação desinteressante.

O mecanismo que assegurará aos compradores de carro a restituição do empréstimo compulsório é extremamente simples: no ato da transação, o comprador terá de recolher a taxa por meio de um Darf (Documento de Arrecadação de Receitas Federais), onde especificará o valor pago a título de empréstimo compulsório. É este documento que permitirá ao comprador se credenciar ao resgate, três anos depois, do empréstimo compulsório, acrescido dos juros calculados com base na variação das Letras do Banco Central (LBC) — e não do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC).

Para evitar a sonegação do empréstimo nas operações com carros usados com menos de quatro anos, a Secretaria da Receita Federal deverá publicar uma tabela com os valores padrões das diversas marcas de automóveis, para cada um dos quatro anos de fabricação abrangidos pelo empréstimo.

Indústria não gostou

A indústria automobilística não gostou da idéia de o governo cobrar um empréstimo compulsório sobre os preços dos carros novos e usados. Segundo seus dirigentes, a medida só aumentaria a carga tributária que incide sobre seus produtos, que é de 63% sobre o preço líquido, considerado o maior do mundo.

Dirigentes da indústria automobilística, em conversas informais ontem à tarde, admitiram que deverá ocorrer uma queda nas vendas de veículos em geral. Uma tributação sobre combustíveis também ajuda a compor este quadro de queda, acrescentaram.

Uma palavra oficial do setor, porém, só será dada após o anúncio das medidas através do presidente da Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea), André Beer.

Mas, num segundo momento, as vendas poderão se recompor, porque as medidas são consideradas artificiais, revelaram os dirigentes da indústria automobilística, salientando que o consumidor será o maior prejudicado. A indústria terá o preço do seu veículo aumentado e ela não ganhará nada com isso.

Entre alguns impostos que incidem sobre os veículos estão: ICM, 17%; IPI, 28%; PIS, 1,5%; Finsocial, 1%; Imposto Territorial Urbano, 0,02%; IOF, 0,4%; e encargos sociais, 6,9%. O imposto sobre o preço líquido dos veículos em outros países é o seguinte: Alemanha, 10,6%; Dinamarca, 22%; Grã-Bretanha, 15%; Luxemburgo, 10%; França, 33%; para veículos passeio e 17% para outros modelos; Estados Unidos, de 3% a 7%, variando de acordo com os estados; e México 10%.